Lembrança de Guerreiro

Frederico Lustosa da Costa*

Não chegou a merecer qualquer registro especial a passagem, a 6 de abril, dos 15 anos da morte, ocorrida em Los Angeles, de Alberto Guerreiro Ramos, encerrando uma trajetória intelectual que o coloca entre os principais expoentes da sociologia e do próprio pensamento social brasileiro.

Somente nossa falta de perspectiva histórica justifica esse esquecimento com relação a um homem cuja obra teve importância seminal nos anos 50, justamente os *anos dourados* que elegemos como utopia restauradora deste final de século. Pois foi Guerreiro Ramos, o sociólogo em mangas de camisa, o crítico contundente do bovarismo e da hipercorreção, quem identificou aquele momento histórico como o marco da aquisição de nossa personalidade histórica, quando a nação toma consciência de si mesma e "passa de um modo de ser a outro radicalmente distinto".

É verdade que, quando o Brasil quer reviver os tempos de JK, tenta retomar apenas o crescimento acelerado e a euforia do desenvolvimentismo. Seja porque nossa soberania não esteve ameaçada, seja porque nenhuma forma de dominação cultural tentou sufocar a consciência nacional, o nacionalismo se esgotou como projeto político. É mercadoria de escasso valor no comércio eleitoral dos dias de hoje. Já naqueles anos de ufanismo, o próprio Guerreiro Ramos sabia que, "a longo prazo, todo nacionalismo é de circunstância, pois constitui meio provisório de que se servem os povos periféricos, nas presentes condições do mundo, para se libertarem da dependência".

Mas os antigos companheiros de Guerreiro Ramos na peripécia do Iseb, hoje a serviço de outras causas, continuaram participando da vida nacional. Cândido Mendes, que já nasceu rico, tornou ainda mais próspero seu empreendimento educacional e se fez membro da Academia Brasileira de Letras. Hélio Jaguaribe, enquanto esperou 35 anos para ser ministro, continuou produzindo uma sólida bibliografia em ciências sociais. Roland Corbisier seguiu publicando sua alentada *Introdução à filosofia*. Ignacio Rangel, de forma lúcida e sobretudo corajosa, converteu-se em apóstolo da privatização.

E Guerreiro Ramos, cujos últimos trabalhos elegiam o mundo como categoria de análise sociológica, morreu longe de seu país e do debate sobre a realidade nacional. Pois a Revolução de 1964 o exilou nos EUA e a enfermidade cruel o levou para sempre em 1982.

Guerreiro Ramos nasceu em Santo Amaro da Purificação, BA, mas ainda menino foi com a mãe para Salvador, onde, apesar de muito pobre, recebeu esmerada educação humanística, a cargo de padres alemães. Por isso, desde cedo podia ler

* Professor da EBAP/FGV, atualmente preparando uma tese de doutorado em sociologia.

com certa facilidade o espanhol, o francês e o alemão. Valendo-se de sua formação, fez-se uma espécie de preceptor da geração mais moça da família Calmon de Sá. Em 1937, publicou *O drama de ser dois*, livro de poemas de fundo religioso, recebido com entusiasmo pela crítica local e que, lido na rádio de Salvador, emocionava os ouvintes. Em 1938, com menos de 23 anos, tornou-se professor da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia.

Em 1939, desencantado com a religião e com o integralismo que abraçara por curto período, veio para o Rio de Janeiro, amparado por uma bolsa de estudos concedida pelo governo do estado da Bahia. Tinha garantida a sobrevivência, os livros e algum trocado para as noitadas em Copacabana e no que hoje se poderia chamar de Baixo Catete. Essa tranqüilidade lhe permitiu estabelecer para si, enquanto cursava duas faculdades, um arrojado programa de leitura dos clássicos. Rigoroso e incansável, internava-se na pensão do Largo do Machado para decifrar os pensamentos de Aristóles, Platão, Santo Agostinho, Kant, Hegel, Marx, os novos filósofos do existencialismo alemão e todos que pudesse encontrar nas bibliotecas e livrarias. Não negligenciava tampouco a literatura de ficção, o teatro e poemas de Rilke e Hoelderlin, o que lhe forneceu motes e epígrafes para tantos livros e artigos que publicou ao longo de sua vida.

Formou-se em ciências sociais (1942) e em direito (1943). Vetado para o magistério superior na Faculdade Nacional de Filosofia, onde estudara, por conta de suas antigas ligações com o integralismo, foi encontrar no Dasp, que iniciava o processo de burocratização do Estado brasileiro, o emprego de que necessitava. Aí começou a dar aulas de sociologia nos cursos e treinamentos de servidores públicos. Logo passou a colaborar também com a *Revista do Serviço Público*, onde se encarregou da seção de livros. Foi aí que começou a se interessar pela sociologia da administração e publicou, em 1946, um dos primeiros artigos escritos no Brasil sobre a obra de Max Weber e um texto sobre W. I. Thomas, da escola de Chicago, e, em 1947, o necrológio de Karl Mannheim. A partir de 1948, passou a colaborar também com o Departamento Nacional da Criança, dando perspectiva sociológica à formação de profissionais ligados à puericultura. De 1952 a 1954, coordenou as pesquisas nacionais sobre orçamento de famílias de trabalhadores, do Departamento do Trabalho. Nessas duas tarefas, estarreceu-se com os índices de mortalidade infantil e com os demais indicadores sociais e, a partir daí, nunca mais deixou de combater as causas dos males que ceifavam a vida de nossas crianças, bem como de todas as assimetrias sociais. De início, tratou de examinar as implicações sociológicas da puericultura. Depois pesquisou as relações entre classes sociais e saúde das massas. Por último, tratou também das condições de vida, do orçamento familiar e das relações de raça no Brasil. Entre 1951 e 1954, esteve vinculado ao Gabinete Civil do governo do presidente Vargas. Foi quando se aproximou do PTB.

Desde então e até a sua morte, em 1982, publicou mais de uma dezena de livros, outras dezenas de folhetos e textos para revistas científicas ou publicações especializadas e centenas de artigos para jornais, sempre num estilo inconfundí-

vel, que proporciona ao leitor o chamado prazer do texto. Como Roland Barthes, Guerreiro Ramos escreveu menos teses do que ensaios, esse "gênero incerto em que a escritura rivaliza com a análise".

Vem desse período sua crítica à sociologia que se começava a praticar em São Paulo, mais preocupada, segundo seu ponto de vista, com os cânones acadêmicos vigentes nas universidades americanas do que com o conhecimento objetivo da realidade nacional. Para formar os sociólogos engajados nessa perspectiva de trabalho, escreveu a *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo* (1954), onde oferecia à meditação dos sociólogos em flor os fundamentos da "sociologia dinâmica" — um "instrumento de determinação nacional" — e percepções críticas com relação aos trabalhos que se produziam então. Com o mesmo cunho pedagógico publicou, três anos mais tarde, uma versão ampliada da cartilha, que intitulou de *Introdução crítica à sociologia brasileira* (1957). Baseado na redução eidética de Husserl, na imaginação sociológica de Wright Mills e na sociologia do conhecimento de Karl Mannheim, formulou então *A redução sociológica* (1958), "atitude metódica que tem por fim descobrir os pressupostos referenciais, de natureza histórica, dos objetos e fatos da realidade social", constituindo, desse modo, método muito útil para a assimilação crítica da produção intelectual alienígena.

Foi essa *sociologia em hábito* que o levou ao grupo de Itataia, que mais tarde viria a criar o Iseb, instituição que pretendeu dar forma e susbstância a um projeto de desenvolvimento para o país. Dali, escreveu livros, ditou cursos e conferências e influenciou toda uma nova geração de intelectuais, da qual fazem parte Wanderley Guilherme dos Santos e Sérgio Paulo Rouanet. Logo se desentendeu com aqueles companheiros. Anos mais tarde diria que sua curta associação com eles era uma circunstância de que não se lembrava sem constrangimento. Provavelmente, não era verdade. Muito aprendeu naquele convívio. Mas sua pena afiada não se conteve.

Contra Álvaro Vieira Pinto, que muitos consideravam sua alma gêmea, e seu livro *Consciência e realidade nacional* escreveu um libelo corrosivo que impressionava não só pela contundência, mas também pela forma. Dizia que o "Sr. AVP", esse "temperamento eslavo", em permanente "guerra filosófica", escrevera uma "deformação direitista de *A redução sociológica*", um "mal-entendido filosófico", um "caderno de aprendiz ainda imaturo" eivado de "confusão sentimental". Tal sorte de nacionalismo entrava mesmo no terreno da magia, pois "a consciência nacionalista é um *orixá* e o Sr. AVP o seu 'cavalo', como se diz em linguagem umbandista".

Contra Cândido Mendes escreveu palavras duras, que hoje parecem apenas divertidas. Pois quem pode imaginar hoje que "esse trêfego conde papal consegue servir ao mesmo tempo os interesses da Shell, da Cúria e do PCB"? Ao entrar em sala de aula na EBAP, no horário imediatamente posterior a Cândido Mendes, constumava advertir os seus alunos: "Esqueçam tudo que esse homem lhes disse, porque agora vai falar Alberto Guerreiro Ramos". O tempo zela tanto pela memória quanto pelo esquecimento.

Em 1961, procedeu a criteriosa análise da eleição de Jânio Quadros, onde utilizava o conceito de *bonapartismo* para antever a crise de poder que se instalava com o novo governo (*A crise do poder no Brasil*, 1961).

Aos embates puramente intelectuais preferiu o campo aberto da política partidária. Em 1962, candidatou-se a deputado federal pelo estado da Guanabara. Empurrado pela enxurrada de votos dados a Leonel Brizola (um em cada quatro válidos), ficou na primeira suplência. Foi também o pedido de licença de Leonel Brizola que lhe abriu as portas do Parlamento, em 1963.

Na sua curta passagem pela Câmara dos Deputados, firmou-se como um dos mais brilhantes oradores. Quando muitos pensavam que estávamos a caminho da revolução socialista, previu que embarcávamos em uma jornada de otários. Queria fazer a crítica da esquerda do ponto de vista da esquerda, pois temia a capacidade de organização e arregimentação dos adeptos do marxismo-leninismo, "síndrome do *rinocerontismo* a que se referiu Ionesco", "espécie de chantagem filósofica que dopava as consciências incautas". Ele sabia que o movimento emancipador do Brasil, sob o comando desses "esquerdeiros", estava contribuindo para substituir a vanguarda civil pela guarda militar. Dizia que muitas dessas lideranças de pivetes estariam "empregando melhor o seu tempo se fossem cantores de boleros, ou dançarinos de calipso ou cabeleireiros de senhoras". Como precursor do socialismo moreno ou da moderna social-democracia, compreendeu o projeto de San Thiago Dantas e lutou pela sua aprovação.

Mas os revolucionários de 1964 não entenderam sua pregação. Consumado o golpe, o livro em que defendia essas idéias — *Mito e verdade da revolução brasileira* — foi apreendido nas livrarias do Rio de Janeiro. Guerreiro Ramos foi incluído na primeira lista de cassações. Teve de abandonar aquela tribuna que disse ter sido o máximo que pediu a Deus.

Destituído do mandato parlamentar, teve de responder a um kafkiano IPM, onde não se tinha bem claro de que o acusavam. O coronel que o interrogou iniciou a audiência pela leitura da sua ficha de identificação: "Alberto Guerreiro Ramos, nascido em Santo Amaro, BA, mulato...". Ao que, Guerreiro retrucou: "Olhe aí na ficha do Afonso Arinos para ver se está escrito 'branco'". E o coronel continuou: "..., dado a estudos sociológicos...". Ao que Guerreiro Ramos teria respondido na sua modéstia habitual: "Meu amigo, eu não sou dado a estudos sociológicos. Eu sou o maior sociólogo vivo do Brasil".

Sem o mandato e sem o emprego do Dasp, para o qual havia sido admitido por concurso público, foi acolhido pela Fundação Getulio Vargas, onde era, desde 1952, professor da Escola Brasileira de Administração Pública, à qual permaneceu vinculado até 1971. Ali, durante o ano de 1965, escreveu *Administração e estratégia do desenvolvimento* (de 1966, republicado em 1983 e ainda disponível sob o título *Administração e contexto brasileiro*), manual ainda muito atual para quem quer abordar a teoria administrativa de um ponto de vista brasileiro. Nele, desenvolveu o conceito de *formalismo,* tomando-o não como uma deformação de-

BIBLIOTECA MARIO HENRIQUE SIMONSEN
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

corrente do nosso bacharelismo e da tendência à ficção jurídica mas como uma estratégia para a inauguração de instituições e valores modernos.

Em 1966, sem condições de continuar sua produção intelectual no Brasil, transferiu-se para a University of Southern California, onde se tornou *full professor* do programa de doutorado em administração pública. Nos EUA, também ditou cursos, como *visiting professor,* na Wesleyan University e na Yale University e foi premiado várias vezes pela sua própria universidade.

Nos seus primeiros anos em Los Angeles, apenas aprofundou trabalhos que já havia esboçado no Brasil. Nos anos 70, entretanto, produziu uma obra ambiciosa — *A nova ciência das organizações* —, com a qual esperava completar sua trajetória de *scholar* engajado. Com ela dava forma a um terceiro sentido da redução sociológica: a crítica à ciência social moderna, fundada apenas na racionalidade instrumental e na lógica utilitária do mercado. A nova ciência é uma proposta de delimitação do lugar do mercado, de forma que outros enclaves sociais possam desenvolver-se. É a busca de políticas (ou da política) que favoreçam uma nova vida humana associada, onde haja lugar para a atitude parentética, a valorização simbólica da existência, a *vida activa* e o *agir comunicativo.* A nova ciência lança as bases da teoria da delimitação dos sistemas sociais e estabelece uma agenda de pesquisa a ser cumprida por seus seguidores. É o velho Guerreiro querendo resgatar o normativismo nas ciências sociais para construir aquilo que ele mesmo chamou muito apropriadamente de *saber de salvação*, pois "a condição de possibilidade das ciências sociais é a inteligência do processo histórico-social".

Numa de suas poucas visitas ao Brasil depois da anistia, quando ditou um curso para a Universidade Federal de Santa Catarina, teve oportunidade de expor sua teoria da delimitação para vários grupos de intelectuais e estudantes. Num desses encontros, no Rio de Janeiro, foi interpelado por um dos presentes a propósito da percepção que Gramsci tinha do papel das elites. Virando-se de costas para o quadro onde anotava, Guerreiro disse apenas: "me admira muito que ainda se leia Gramsci no Brasil".

Em seu último artigo escrito para ser publicado no Brasil, em outubro de 1981, percebeu que o país oficial assumia o caráter de massa falida. Naquele momento, Guerreiro Ramos notava que quase tudo em nosso debate intelectual era um exercício em futilidade. "No entanto", dizia, "embora significativo contingente de nossas categorias médias bem como a massa popular percebam esse estado de coisas e contra ele murmurem, resignam-se a viver sem horizontes, e se comprazem na prática do que hoje, entre nós, se convencionou chamar de curtição. O Brasil se recusa a reconhecer o caráter trágico de sua presente situação e consegue ser um país onde a curtição comanda a vida cotidiana. É disso ilustrativo o sucesso do deprimente e multiforme pieguismo das novelas e celebridades de televisão, a vida noturna nos restaurantes, teatros e casas de diversão, públicas e clandestinas, as extravagâncias gastronômicas no recesso privado das famílias, de resto, a identificação da vida com a literatura. É certo que há milhões de brasileiros excluídos dessa contínua festividade, mas estão por demais ludibriados e batidos para cons-

tituírem, a curto prazo, uma ameaça consistente à grande maioria de seus concidadãos mais felizes. Podem eventualmente envolver-se em quebra-quebras, pilhagens de armazéns e casas comerciais em busca de alimentos, assaltos a transeuntes e moradias, mas, como ouvi de alguém numa roda de conhecidos, apesar disso não podem fazer uma revolução."

Esse era Alberto Guerreiro Ramos, o intelectual militante, o escritor militante, o político apaixonado, o "divino mestre", como lhe chamava Gerardo Melo Mourão, o homem assomado por dilemas existenciais, que procurou dar caráter de missão a uma obra sociológica impregnada de lirismo. O "sociólogo em mangas de camisa" ou o "*scholar* engajado" são a expressão de sua própria prática profissional. A sede de compreender e capturar a conexão de sentidos do processo histórico-social fez de sua produção e de sua militância um paradigma singular de profissão em sociologia.

Bibliografia básica de referência

Guerreiro Ramos, Alberto. *O processo da sociologia no Brasil (esquema de uma história de idéias)*. Rio de Janeiro, Candido Mendes Júnior, 1953. 42p.

———. A sociologia como instrumento de autodeterminação nacional. *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro, 2-8-1953. p. 2-4. (Suplemento Literário.)

———. *Cartilha brasileira do aprendiz de sociólogo: prefácio a uma sociologia nacional*. Rio de Janeiro, Candido Mendes Júnior, 1954. 173p.

———. O tema da transplantação e as enteléquias na interpretação sociólogica no Brasil. *Serviço Social*. São Paulo, *14*(74):73-95, out./dez. 1954. (Separata.)

———. *Características psicossociais do povo brasileiro*. Rio de Janeiro, ESG, 1955. (Reservado c-51-55.)

———. A problemática da realidade nacional. In: Iseb. *Introdução aos problemas do Brasil*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1956. p. 13-32.

———. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro, Andes, 1957. 216p.

———. Considerações sobre o ser nacional. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 20-1-1957.

———. Considerações sobre o ser histórico. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27-1-1957.

———. *O problema nacional do Brasil*. Rio de Janeiro, Saga, 1960. 262p.

———. *A crise de poder no Brasil (problema da revolução nacional brasileira)*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

———. *Mito e verdade da revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1963. 218p.

———. Discursos parlamentares (1963-1964). *Diário do Congresso Nacional*. Brasília, ago. 1963; abr. 1964. (Sem revisão do autor.)

———. *A redução sociológica: introdução ao estudo da razão sociológica*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965. 268p.

———. *Administração e estratégia do desenvolvimento: elementos de uma sociologia especial da administração*. Rio de Janeiro, FGV, 1966. 453p.

———. A modernização em nova perspectiva: em busca de um modelo de possibilidades. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV (2):7-44, 2º sem. 1967.

———. A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, FGV, 4(2):7-45, jul./dez. 1970.

———. International propects of the contemporary Brazilian Bonapartist regime. In: Conference on Brazil's International Role in the Seventies. New York, University of New York, 1972. mimeog.

———. A short note on cognitive politics and administrative theory. In: Symposium on Normative Dimensions of Administration. *Annals*. Los Angeles, University of Southern California, 1973. mimeog.

———. *O modelo econômico brasileiro. Uma apreciação à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina/Curso de Pós-Graduação em Administração, 1980a. 580p.

———. *Considerações sobre o modelo alocativo do governo brasileiro*. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 1980b.

———. A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980. Los Angeles, 1980c. mimeog.

———. *A nova ciência das organizações, uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro, FGV, 1981. 209p.

———. Nota sobre a nova teoria econômica. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 26-7-1981.

———. Problemas alocativos da economia brasileira. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 2-8-1981.

———. A economia política reconsiderada. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11-10-1981.

———. Imagens da historiografia brasileira: as confusões em torno do industrialismo. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27-12-1981.

———. Curtição ou reinvenção do Brasil. 1982. (Inédito, a ser publicado na *RAP*.)